



Privatização de distribuidoras de energia é vetada pelo Senado

Intenção do Executivo com a proposta era resolver pendências e buscar compradores, especialmente no Norte. Chance da venda foi reprovada por senadores da região

Jefferson Rudy/Agência Senado



Projeto do Executivo, que foi enviado ao Plenário em regime de urgência, acabou rejeitado pelos senadores. Foram 34 votos contrários ao texto e 18 favoráveis

A proposta que viabilizava a venda de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras foi vetada ontem depois de intenso debate em Plenário. Em votação nominal, foram 34 senadores contrários ao projeto e 18 a favor. O texto tinha sido aprovado em setembro por três comissões e encaminhado ao Plenário em regime de urgência. O principal objetivo do governo era resolver pendências jurídicas e atrair investidores, principalmente para empresas localizadas no Norte. Senadores da região, no entanto, criticaram a possibilidade de privatização. **3**

Avança emissão de duplicatas eletrônicas

Projeto que regulamenta a emissão de duplicatas eletrônicas foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e seguiu ao Plenário. O ganho de segurança e agilidade nas transações com esses títulos pode gerar mais crédito e juros menores para a produção. **4**

Oito projetos para reduzir burocracia estão no Plenário

Resultado do trabalho da Comissão Mista da Desburocratização, duas propostas poderão ser votadas hoje e seis começaram a ser discutidas ontem. Entre outros temas, tratam do funcionamento de cartórios e do registro de empresas. **4**

Renegociação das dívidas rurais é aprovada pelos senadores

O Plenário aprovou ontem a renegociação das dívidas rurais prevista na MP 842/2018. No texto aprovado, o relator, Fernando Bezerra Coelho, ampliou o universo das dívidas passíveis de desconto. Segundo o governo, a renúncia pode chegar a R\$ 17 bilhões. Também foram aprovadas propostas nas áreas de saúde e meio ambiente. **3**



Agricultura familiar foi contemplada com a decisão dos senadores

Jorge Etechebarri/SESC-SP



Marcos Brandão/Senado Federal

Eunício disse que Haddad e Bolsonaro o contataram sobre votação

Orçamento será votado só após eleições, afirma Eunício

A votação do Orçamento de 2019 depende da definição do segundo turno das eleições, afirmou ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Ele disse que deve estudar a proposta de adiamento para a entrega das emendas, que passaria para 8 de novembro. **2**

Ele disse que deve estudar a proposta de adiamento para a entrega das emendas, que passaria para 8 de novembro. **2**

Aumento de taxas cartoriais no DF é alvo de críticas **2**

Texto proíbe carro com combustível fóssil em 2060 **4**

Audiência vai discutir repasse de loteria federal **4**

Restrições a músicos serão debatidas **4**



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



Reajuste em cartórios no DF divide debatedores

Atualização na tabela de valores e criação de taxa e alíquota sobre os serviços foram discutidas em audiência. Proposta passou na Comissão de Assuntos Econômicos e está na de Constituição e Justiça

PROJETO QUE ATUALIZA a tabela de valores cobrados por cartórios do Distrito Federal e cria taxa de 10% e alíquota de 7% sobre os serviços foi duramente criticado por José Pimentel (PT-CE) em debate na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ontem. Do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o texto (PLC 99/2017) foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e está pronto para votação na CCJ.

O senador disse que a proposta prejudica os assalariados, desempregados e

profissionais liberais em um momento em que o Brasil vive uma "recessão econômica". Ele apresentou emendas ao relatório de Rose de Freitas (Pode-ES), favorável.

O secretário-geral-adjunto do Conselho Nacional de Justiça, Márcio Evangelista Ferreira da Silva, defendeu a intervenção do Legislativo na atualização dos valores cobrados pelos cartórios.

Para a presidente da Comissão de Direito Notarial e Registros Públicos da OAB-DF, Polyana Mendes Mota, a atualização é necessária para

restabelecimento do equilíbrio financeiro, já que os registradores arcam com aluguéis, tributos, mão de obra, transporte e equipamentos, além de responsabilidades civis sobre todas as atividades.

O presidente da Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal, Allan Nunes Guerra, apontou riscos de processos judiciais e penalizações por responsabilidade civil a que estão sujeitos os donos de cartórios.

Entre as mudanças sugeridas por José Pimentel, está a supressão do artigo que trata do Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal. Ele explicou que, diferentemente dos estados, a Justiça Federal do DF já é custeada pela União:

— Além de não ser um projeto justo, é incorreto dizer que estamos apegados à legislação de 1967. Os valores são anualmente atualizados, como é legalmente feito pelo TJ, com esse olhar agudo de ver o que é justo e de fiscalizar esses investimentos para a sobrevivência dos cartórios.



Ao lado do senador Edison Lobão, representante do CNJ fala em debate

Paim pede que eleitos lutem pela democracia

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que as autoridades são responsáveis pela defesa da democracia, da liberdade e da justiça. O senador pediu que o presidente eleito em outubro governe para todos, apesar das divergências.

Paim citou algumas questões que aguardam decisão do novo governo e do novo Congresso, entre elas a reforma da Previdência. Ele disse que qualquer proposta deve levar em conta os equívocos na gestão do sistema.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rose defende reformulação do combate à pobreza

Rose de Freitas (Pode-ES) lamentou ontem o avanço da extrema pobreza no Nordeste, onde 11% da população entrou nessa faixa nos últimos anos no interior da região e 9% nas áreas metropolitanas.

A senadora defendeu os programas sociais, como o Bolsa Família, mas disse que é preciso dar emprego e renda.

— Temos que converter os programas de transferência de renda em ferramentas de qualificação, inserção no mercado e empreendedorismo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Hélio José homenageia professores

Hélio José (Pros-DF) destacou ontem a importância dos professores e os cumprimentou pelo seu dia. Para o senador, a data deve alertar as autoridades e a população sobre a desvalorização da profissão, que, segundo ele, está entre as menos procuradas pelos alunos nas universidades.

— É preciso melhorar a remuneração do professor, diminuir as contratações temporárias e incentivar a formação continuada do profissional do magistério.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eunício diz que Orçamento deve esperar fim das eleições

A votação do Orçamento de 2019 depende do resultado das eleições. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou ontem que representantes dos dois candidatos à Presidência da República, Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), entraram em contato com ele sobre a proposta.

— Eu fui procurado por representantes dos dois candidatos, que me perguntaram se era possível discutir o Orçamento que está tramitando hoje. Eu expliquei que o Orçamento do ano que vem é votado por este Congresso que está aqui. Que somente será modificado com a posse dos eleitos em fevereiro de 2019. Eu avalio como natural abrir o espaço para essa discussão com o presidente que será eleito dia 28 de outubro.

O presidente da Comissão de Orçamento (CMO), deputado Mário Negromonte Jr.

(PP-BA), enviou na semana passada a Eunício um pedido dos líderes de todos os partidos para adiar o prazo da entrega das emendas ao PLN 27/2018 para 8 de novembro.

Além de permitir que os parlamentares em campanha para o segundo turno possam apresentar emendas, a prorrogação permitirá que os representantes do partido do presidente eleito possam atuar de maneira mais direta na adaptação da proposta enviada ao Congresso por Michel Temer.

Eunício admitiu a possibilidade de estudar o adiamento, já que haverá um período no qual o novo presidente, que tomará posse em 1º de janeiro, terá de governar com o Congresso atual.

— Acho correto que a gente possa ampliar esse prazo, já que os parlamentares eleitos somente tomarão posse em fevereiro.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Doenças raras

9h Análise do relatório final da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras.

CCT Orçamento 2019

9h Votação das emendas ao projeto do Orçamento para 2019.

CI Agência reguladora

10h A comissão vota indicações para a Agência Nacional de Mineração.

CCJ Sabatina para o STM

10h Sabatina de indicado para o Superior Tribunal Militar. Depois, 20 itens.

CDH Brinquedo adaptado

10h Entre 24 itens, o PLS 382/2011, que obriga instalação de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings.

CMO Créditos especiais

10h Análise de 5 projetos de lei que abrem crédito especial para diversos órgãos do Executivo. Às 14h30, reunião extraordinária.

CTFC Publicidade em escolas

11h Entre 8 itens, o PLC 106/2017, que proíbe publicidade infantil em escolas.

CONGRESSO Sessão conjunta

11h Análise de vetos e de crédito para órgãos do Executivo.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Projetos que reduzem a burocracia estão na ordem do dia.

MP 843/2018 Setor automotivo

16h30 Análise de relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado veta venda de distribuidoras de energia

Projeto viabilizava privatização de empresas controladas pela Eletrobras. Objetivo do governo era despertar o interesse de investidores, especialmente na Região Norte

O PLENÁRIO DO Senado rejeitou ontem projeto que permitiria a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras (PLC 77/2018). De autoria do governo federal, o texto tinha o objetivo de resolver pendências jurídicas para despertar o interesse de investidores pelas empresas, principalmente as instaladas na Região Norte.

Aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Infraestrutura (CI) no início de setembro, a proposta foi enviada ao Plenário em regime de urgência. Depois de muito debate, o projeto foi colocado em votação. A oposição pediu a verificação do quorum, fazendo com que a votação passasse de simbólica para nominal. O painel, então, mostrou 34 senadores contrários ao projeto e 18 favoráveis.

Fernando Bezerra Coelho

(MDB-PE), líder do governo, defendeu a aprovação do texto, conforme acordado com o governo, aprovado pela Câmara e confirmado na CAE e na CCJ. O senador destacou a previsão de uso, por parte das companhias, de geradores com custo menor, de forma a evitar o acionamento de termelétricas.

— Essa matéria tem outros assuntos relevantes, como o risco hidrológico e o fim de

questões que estão judicializadas. É importante deliberar — disse Bezerra, negando que o projeto acabaria com o Programa Luz para Todos.

Por outro lado, Eduardo Braga (MDB-AM) defendeu seu relatório, aprovado na CI, no qual foram acatadas uma série de emendas. Ele explicou que as emendas poderiam evitar que a dívida da Amazonas Energia fosse transferida para o consumidor do estado,

além de afastar uma possível liquidação da empresa. De acordo com o senador, o valor da dívida da companhia pode chegar a R\$ 11 bilhões, considerando o passivo da empresa. Ele lembrou que as outras companhias da Região Norte já foram negociadas.

— O povo do meu estado não quer essa privatização. Como o Senado pode votar um projeto que penaliza o povo do Amazonas? — questionou.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também se posicionou contra a privatização. A senadora criticou o valor pedido pelo governo para negociar a companhia, R\$ 50 mil, e disse que o ideal seria decidir sobre o projeto no próximo ano, depois de definidas as eleições presidenciais. Omar Aziz (PSD-AM) também se manifestou contra a privatização.

— O Brasil tem regiões diferentes. Não podemos pensar que toda situação é igual — declarou o senador, pedindo a

retirada da empresa do projeto e criticando o governo.

Jorge Viana (PT-AC) lamentou a forma como a Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre) foi negociada. Diante da rejeição do texto principal, porém, as emendas que buscavam retirar a Amazonas Energia do projeto nem foram analisadas.

O governo pretendia resolver pendências burocráticas para atrair compradores. Algumas dessas empresas já foram negociadas. A Eletroacre, as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e a Boa Vista Energia, que atende Roraima, foram arrematadas em 30 de agosto em leilão do BNDES. Em julho, foi vendida a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa).

O governo pretendia vender a Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal). O leilão da Ceal foi suspenso por decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal.



Cássio e Eunício durante sessão que discutiu privatização da energia

Renegociação de dívidas rurais segue para análise presidencial

Além da rejeição à privatização de subsidiárias da Eletrobras, o Plenário decidiu ontem sobre diversas outras questões, desde assuntos econômicos, como a renegociação de dívidas rurais, até temas ambientais, como o incentivo à arborização urbana, passando ainda por tópicos ligados à saúde, como a atualização da Lei de Vigilância Epidemiológica.

Segundo o Executivo, a renegociação de dívidas rurais, como foi aprovada pelo Congresso, pode resultar em uma renúncia fiscal de R\$ 17 bilhões. O texto original da MP 842/2018 previa descontos de 35% ou 70% para a quitação de dívidas contraídas até 2018 no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Já o texto aprovado pelo Congresso e relatado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) diminui o desconto para 60% nos contratos até 2006 e 30% nos contratos de 2007 a 2011. A data-limite para a quitação é 30 de dezembro de 2019.

Por outro lado, o senador ampliou o universo das dívidas passíveis de desconto. O texto original contemplava só os débitos enviados para inscrição na dívida ativa da União até 31 de julho de 2018, mas o relator incluiu aqueles encaminhados até 31 de outubro. Nesse caso, os descontos variam de 60% (para valores acima de R\$ 1 milhão) e 95% (para valores até R\$ 15 mil).

O texto estabeleceu ainda um novo prazo para a liquidação ou a repactuação de dívidas com os Bancos do Nordeste e da Amazônia em operações com recursos dos Fundos Constitucionais do Nordeste e do Norte. Em vez de 27 de dezembro de 2018, a data-limite agora é 30 de dezembro de 2019. O mesmo prazo vale para a renegociação de dívidas com o BNDES em operações de crédito rural e de bens de capital, como tratores e colheitadeiras.

Outros setores

No âmbito do Pronaf, os parlamentares incluíram um desconto de até R\$ 12 mil por operação às cooperativas de crédito rural, nos casos em que a entidade tenha pagado a dívida com o banco, mas não recebeu o valor dos mutuários (apenas em operações contratadas até 30 de junho de 2008).

O texto do Congresso também prevê novas condições para a renegociação de dívidas de outros setores. No caso do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecir — Fase 3), os mutuários pagarão juros de 3,5% anuais e terão carência até 2021. Para empreendimentos de irrigação na área de abrangência do Lago Sobradinho, a medida provisória permite descontos para liquidação até 30 de dezembro de 2019.

Dívidas de empreendimentos de agricultura familiar com a Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (Embrapa) contratadas até 31 de dezembro de 2015 poderão ser renegociadas até dezembro de 2022. O desconto para quitação será de 95% e o pagamento do saldo poderá ser feito em seis parcelas anuais com dois anos de carência.

A proposta da Câmara sobre a MP 842/2018 autoriza ainda a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) a regularizar os imóveis rurais de sua propriedade ocupados até 31 de dezembro de 2017 por agricultores familiares ou de pequeno porte, caso os órgãos não tenham interesse por essas áreas.

Remédio controlado

A validade nacional das receitas de medicamentos controlados e manipulados também foi aprovada pelos senadores e segue para análise presidencial. Conforme o substitutivo da Câmara (SCD 4/2018) ao Projeto de Lei do Senado 325/2012, a receita médica ou odontológica valerá em todo o país, sem importar onde tenha sido emitida.

Os deputados alteraram o texto do ex-senador Jayme Campos para dar nova redação ao dispositivo da Lei 5.991, de 1973, que trata do controle sanitário do comércio de medicamentos, em vez de incluir um novo parágrafo,

como previa o projeto original do Senado.

Além disso, eles estenderam a permissão aos medicamentos sujeitos ao controle sanitário especial porque, na prática, são os únicos cujas receitas não podem ser aviadas fora do estado em que foram emitidas.

A relatora da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Ana Amélia (PP-RS), argumentou que as farmácias já contam com um rigoroso controle e que a iniciativa vai beneficiar os pacientes que precisam viajar ou se consultar em outro estado.

— Esse é um projeto de grande interesse da população porque uniformiza a receita médica em todo o território nacional. Quero aqui elogiar o autor dessa proposta que está voltando para esta Casa a partir de fevereiro de 2019 — acrescentou a senadora.

Vigilância

Outro projeto da área de saúde aprovado pelos senadores foi o PLC 50/2018, que atualiza a Lei de Vigilância Epidemiológica (Lei 6.259, de 1975) para retirar menção a uma norma já revogada e tornar mais genéricas as referências às punições para quem desobedecer às regras de notificação compulsória de doenças, às medidas de vigilância epidemiológica e ao programa de vacinas.

Ângela Portela (PDT-RR) relatou a proposta na CAS e explicou à época que o projeto

não muda a legislação, apenas a torna mais clara.

O texto segue para análise presidencial.

Arborização

Outra proposta decidida de forma favorável pelo Plenário foi o PLC 188/2015, que destina 10% do valor das multas aplicadas por crime, infração penal ou administrativa contra o meio ambiente e o total das taxas cobradas pela autorização de poda e corte de árvores, à arborização e à recuperação de áreas urbanas degradadas.

Os recursos deverão ser aplicados no município onde ocorreu a infração ou crime ambiental ou naquele que realizou a poda ou o corte de árvores. O projeto segue agora para análise do presidente da República.

Defensor público

Os senadores também aprovaram a indicação do advogado Gabriel Faria Oliveira para o cargo de defensor público-geral federal. Oliveira atuava como defensor público federal em Santa Catarina e já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável de Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Ele foi servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina entre 2001 e 2005, atuou como advogado da União de 2005 a 2006 e ingressou na Defensoria Pública da União em 2006.

Com Agência Câmara

Emissão de duplicata eletrônica vai ao Plenário

Regulamentação do título virtual, aprovada ontem pela CAE, visa evitar fraudes com esse tipo de comprovante de crédito, gerado na venda de mercadorias e serviços

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que regulamenta a duplicata eletrônica. A proposta, que já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), seguiu com urgência ao Plenário e pode ser votada hoje.

O projeto (PLC 73/2018) moderniza a emissão desse comprovante de crédito, gerado pela venda de mercadorias ou prestação de serviços por uma empresa.

A proposta, do deputado Julio Lopes (PP-RJ), estabelece que as informações das duplicatas deverão ser registradas em sistema eletrônico por entidades autorizadas pelo Banco Central. Elas deverão guardar os títulos, formalizar recibos de pagamento e fazer a transferência de titulari-

dade. Caberá ao Conselho Monetário Nacional (CMN) fixar as diretrizes para essa escrituração.

A duplicata em papel, entretanto, continuará sendo emitida normalmente, especialmente em localidades menos desenvolvidas.

— O ganho de segurança e a redução de custos operacionais poderão gerar aumento do acesso ao crédito e a taxas de juros mais baixas para o sistema produtivo e para o comércio — afirmou o relator na CAE, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

O projeto detalha elementos do sistema eletrônico de escrituração. Considera título executivo, sujeito a protesto, tanto a duplicata escritural quanto a virtual. Mas exige, para a execução do documento emitido



Novidade pode ampliar acesso ao crédito para a produção, diz Bezerra

eletronicamente, que esteja acompanhado dos extratos de registros eletrônicos feitos pelos gestores do sistema.

A proposta também torna nula cláusula contratual que impeça a emissão e a comercialização da duplicata virtual e determina a aplicação sub-

sidiária da Lei 5.474, de 1968, que regula as duplicatas em papel.

O relator do projeto na CCJ, Armando Monteiro (PTB-PE), relacionou vantagens da proposta. Segundo o senador, além de evitar fraudes, como a emissão de duplicatas frias,

a inovação deve eliminar o registro de dados incorretos.

“Evitar esses fatos representará maior segurança ao ambiente comercial e maior proteção aos cidadãos. Assim, poupa-se o dinheiro e o tempo gastos com ações judiciais visando demonstrar a inexistência do crédito cobrado”, afirmou o senador no parecer. Ele lembrou que os mais onerados por esse tipo de problema são as pequenas e médias empresas.

Armando disse acreditar haver potencial de empréstimos usando esse instrumento da ordem de 5,3% do produto interno bruto (PIB) — ou R\$ 347 bilhões —, “desde que se criem condições para se ampliar a segurança e a agilidade nas transações desses títulos”.

Senadores analisam 8 projetos contra a burocracia

Oito projetos de lei do Senado elaborados pela Comissão Mista da Desburocratização estão na pauta do Plenário. Dois tramitam em regime de urgência e poderão ser votados hoje. Seis passaram ontem pela primeira sessão de discussão e terão mais uma antes de serem submetidas a dois turnos de votação.

Estão em regime de urgência os PLSs 15/2018 e 17/2018. O primeiro autoriza a ampliação dos horários dos cartórios. O segundo obriga os serviços notariais a intermediar pedidos dos usuários relativos a serviços e entrega de documentos de outras regiões.

Entre os textos que ainda serão discutidos, o PLS 9/2018 trata da Rede Nacional para a Simplificação do Re-

gistro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). E o PLS 10/2018 autoriza a criação de empresa individual de responsabilidade limitada por pessoa física ou jurídica, sem prefixação do capital social mínimo.

O PLS 18/2018 prevê que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleça normas mínimas para serviços notariais de todo o país. Já o PLS 19/2018 determina que qualquer prova escrita de dívida está sujeita a protesto, enquanto o 22/2018 considera que documentos assinados pelo devedor são títulos executivos extrajudiciais, mesmo sem assinatura de testemunhas. Por fim, o PLS 24/2018 simplifica o encerramento de sociedades simples, em nome coletivo e limitadas.

RÁPIDAS

LIDO RELATÓRIO COM INDICAÇÕES À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

A Comissão de Infraestrutura (CI) fez a leitura ontem do relatório sobre duas indicações de diretores para a Agência Nacional de Mineração. Os indicados Eduardo Araújo de Souza Leão e Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho foram considerados em condições de assumir o cargo pelos relatores das respectivas indicações, Eduardo Braga (MDB-AM) e Valdir Raupp (MDB-RO). Foi dada vista coletiva.

MUDANÇA NOS REPASSES DE LOTERIAS FEDERAIS SERÁ DISCUTIDA NA TERÇA

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 846/2018 realizará na terça-feira, às 14h30, audiência pública para debater o texto. A medida amplia os recursos repassados pelas loterias a entidades ligadas à cultura e ao esporte. O relatório final da medida, a cargo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), deve ser votado na comissão em 31 de outubro. Depois, o texto será encaminhado aos Plenários da Câmara e do Senado.

COLEGIADO DEVE DEBATER RESTRIÇÕES AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MÚSICO

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve realizar audiência pública sobre restrições ao exercício da atividade de músico no país. Foi aprovado ontem requerimento de Cristovam Buarque (PPS-DF) com esse objetivo e a data da audiência ainda será definida. O senador reclama da Portaria 656/2018, do Ministério do Trabalho, que a seu ver prejudica a maioria dos 8 milhões de músicos em atividade no país.

AVANÇA TEXTO QUE PROÍBE CARRO NOVO COM COMBUSTÍVEL FÓSSIL A PARTIR DE 2060

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que proíbe a venda de veículos novos com motor a combustão a partir do ano de 2060. De autoria de Telmário Mota (PTB-RR), o PLS 454/2017 segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), para decisão terminativa. O texto altera a Lei 8.723, de 1993, que trata da redução das emissões de poluentes por veículos automotores.

Lídice critica modelo político-partidário do país

Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que o modelo político-partidário está esgotado, o que se refletiu na grande renovação da Câmara e do Senado nessas eleições.

A senadora disse que, no entanto, o eleitor nem sempre consegue expressar seu desejo de mudança, e vota em candidatos sem propostas claras para os problemas que o preocupam, como Jair Bolsonaro.

— E eu não estou aqui fazendo defesa do Haddad, mas defendo que nós possamos constituir sim uma grande frente de resistência ao obscurantismo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Regina: Bolsonaro espalha fake news contra Haddad

Regina Sousa (PT-PI) denunciou ontem uma onda de fake news que estaria sendo disseminada pela campanha de Jair Bolsonaro (PSL). Ela afirmou que as redes sociais são usadas como verdadeiras armas e que o TSE não consegue controlar a situação.

A senadora ainda disse ser hipócrita o uso das cores verde e amarelo pelos opositores do PT.

— Eu não meço brasilidade por quem anda abraçado na bandeira brasileira. Brasilidade é sentimento, está aqui dentro. Ninguém ama o Brasil mais do que eu.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Ana Amélia, PT é “lobo vestido de cordeiro”

Ana Amélia (PP-RS) criticou ontem o PT, questionando a sinceridade de Fernando Haddad por usar, em sua campanha, as cores da bandeira. Segundo ela, o PT busca reagir ao movimento popular que adotou o verde e o amarelo como símbolos da luta contra a corrupção dos governos Lula e Dilma.

— Não se surpreendam por causa dessa reação que nós temos hoje, uma situação complicada, de um candidato que quer mostrar um novo modelo, uma nova ideologia, uma nova forma de governar. É o lobo vestido de cordeiro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reditario quer votações durante período eleitoral

Reditario Cassol (PP-RO) lamentou ontem a paralisação das votações no Senado durante o período eleitoral. Ele também criticou que, nos poucos dias de atividade, os senadores tenham se preocupado com a discussão das eleições em vez de votarem projetos.

Reditario sugeriu que os parlamentares envolvidos nas eleições deveriam se licenciar do cargo para que os suplentes pudessem continuar os trabalhos nos períodos eleitorais.

— Vamos decidir isso aí e não vir aqui na tribuna discutir questões políticas de candidatos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa pede para adiar votação sobre privatização

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu ontem, antes da ordem do dia, que o presidente do Senado, Eunício Oliveira, não colocasse em votação o PLC 77/2018, com regras para viabilizar a privatização de distribuidoras de energia, como a Amazonas Energia.

— Esse projeto busca sanear a situação financeira da empresa Amazonas Energia. E sanear de que forma? Jogando a dívida, que supera a casa dos R\$ 20 bilhões, para ser paga pelos consumidores, em grande parte, e outra parte pelo próprio governo federal — afirmou a senadora.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ione defende menos burocracia para laqueaduras

A senadora Ione Guimarães (PTB-GO) afirmou ontem que

há uma demanda frustrada por laqueaduras na rede pública de saúde. Ela pediu apoio ao PLS 107/2018, que amplia as possibilidades de esterilização voluntária. De Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o texto está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde é relatado por Marta Suplicy (MDB-SP).

— Se a opção da laqueadura não se verifica no SUS, então constatamos claro desrespeito à cidadania, pois não se cumpre aqui o direito constitucional ao controle da reprodução.



Jefferson Rudy/Agência Senado